

Participação qualificada da Pental Group Limited, através da sua subsidiária J O Hambro Capital Management Limited

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16º e 17º do Código dos Valores Mobiliários, a Galp vem prestar a seguinte informação:

A 15 de novembro de 2021, a Pental Group Limited comunicou à Empresa que, no dia 12 de novembro de 2021, aumentou a sua participação na Galp, através da sua subsidiária J O Hambro Capital Management Limited, para 2,03%, acima do limite de 2,0%.

As instituições através das quais os direitos de voto e/ou os instrumentos financeiros são efetivamente detidos estão listadas em anexo.

	Número de direitos de voto		% de direitos de voto	
	Detidos diretamente	Detidos indiretamente	Detidos diretamente	Detidos indiretamente
ISIN: PTGALOAM0009 (ações ordinárias)	--	16.835.464	--	2,03%
Total	16.835.464		2,03%	

Galp Energia, SGPS, S.A.

Investor Relations:

Otelo Ruivo, Diretor
Inês Clares Santos
João Antunes
João G. Pereira
Teresa Rodrigues

Contactos:

Tel: +351 21 724 08 66
Fax: +351 21 724 29 65

Morada:

Rua Tomás da Fonseca,
Torre A, 1600-209 Lisboa, Portugal

Website:

www.galp.com/corp/pt/investidores
Email: investor.relations@galp.com

Reuters: GALP.LS
Bloomberg: GALP PL

O presente documento pode conter declarações prospetivas, incluindo, entre outras, relacionadas com resultados futuros, nomeadamente fluxos de caixa, dividendos e retorno acionista; liquidez; despesas de capital e operacionais; níveis de performance, objetivos, metas ou compromissos operacionais ou ambientais, e planeamento, timing e resultados de projetos; níveis de produção; desenvolvimentos nos mercados em que a Galp está presente; e impactos da pandemia de COVID-19 nos negócios e resultados da Galp; os quais podem divergir significativamente em função de diversos fatores, incluindo a oferta e procura de crude, gás natural, produtos petrolíferos, eletricidade e outros fatores de mercado que os afetem; os efeitos de políticas e medidas governamentais, incluindo medidas adotadas em relação à COVID-19 e para a manutenção do funcionamento das economias e dos mercados nacionais e internacionais; os impactos da pandemia de COVID-19 nas pessoas e nas economias; o impacto das medidas adotadas pela Galp para proteger a saúde e segurança dos seus trabalhadores, clientes, fornecedores e comunidades; as ações dos concorrentes e contrapartes comerciais da Galp; a capacidade de acesso aos mercados de dívida de curto e médio prazo atempadamente e em condições económicas favoráveis; a atuação dos consumidores; outros fatores jurídicos e políticos, incluindo a alteração da legislação e regulamentação aplicável e a obtenção de autorizações administrativas necessárias; eventos operacionais ou dificuldades técnicas inesperadas; o resultado de negociações comerciais, incluindo com governos e entidades privadas; e outros fatores apresentados no Relatório & Contas da Galp apresentado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em relação ao exercício findo a 31 de dezembro de 2020 e disponível no sítio da internet da Galp em galp.com. Todas as declarações, exceto as declarações referentes a factos históricos, são ou podem ser consideradas declarações prospetivas. As declarações prospetivas expressam expectativas futuras baseadas nas expectativas e pressupostos utilizados pela administração na data em que são divulgadas e envolvem riscos e incertezas, conhecidos e desconhecidos, que podem fazer com que os resultados, desempenho ou eventos difiram materialmente daqueles expressos ou implícitos em tais declarações. A Galp e os seus representantes, agentes, trabalhadores ou consultores não pretendem, e expressamente rejeitam qualquer dever, compromisso ou obrigação de elaborar ou divulgar qualquer complemento, alteração, atualização ou revisão de qualquer das informações, opiniões ou declarações prospetivas contidas neste documento de forma a refletir qualquer alteração em eventos, condições ou circunstâncias. Este documento não constitui aconselhamento para investimento e não consubstancia nem deve ser interpretado como uma oferta para venda ou emissão, ou como solicitação de oferta para comprar ou de outra forma adquirir valores mobiliários da Galp ou de qualquer uma das suas subsidiárias ou afiliadas em qualquer jurisdição ou como um incentivo para realizar qualquer atividade de investimento em qualquer jurisdição.



Standard form for notification of major holdings

NOTIFICATION OF MAJOR HOLDINGS (to be sent to the relevant issuer and to the competent authority)ⁱ

1. Identity of the issuer or the underlying issuer of existing shares to which voting rights are attachedⁱⁱ: Galp Energia SGPS SA RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C, LISBOA, PT-11, 1600-209, PT						
2. Reason for the notification (please tick the appropriate box or boxes): <input checked="" type="checkbox"/> An acquisition or disposal of voting rights <input type="checkbox"/> An acquisition or disposal of financial instruments <input type="checkbox"/> An event changing the breakdown of voting rights <input type="checkbox"/> Other (please specify) ⁱⁱⁱ :						
3. Details of person subject to the notification obligation^{iv} : <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 35%;">Name: Pental Group Limited</td> <td>City and country of registered office (if applicable): Level 14, The Chifley Tower 2 Chifley Square, Sydney, 2000, NSW, Australia</td> </tr> </table>					Name: Pental Group Limited	City and country of registered office (if applicable): Level 14, The Chifley Tower 2 Chifley Square, Sydney, 2000, NSW, Australia
Name: Pental Group Limited	City and country of registered office (if applicable): Level 14, The Chifley Tower 2 Chifley Square, Sydney, 2000, NSW, Australia					
4. Full name of shareholder(s) (if different from 3.):						
5. Date on which the threshold was crossed or reached^{vi}: 2021-11-12						
6. Total positions of person(s) subject to the notification obligation:						
	% of voting rights attached to shares (total of 7.A)	% of voting rights through financial instruments (total of 7.B.1 + 7.B.2)	Total of both in % (7.A + 7.B)	Total number of voting rights of issuer ^{vii}		
Resulting situation on the date on which threshold was crossed or reached	2.03%		2.03%	829,250,635.00		
Position of previous notification (if applicable)	n/a		n/a			

7. Notified details of the resulting situation on the date on which the threshold was crossed or reached ^{viii} :				
A: Voting rights attached to shares				
Class/type of shares ISIN code (if possible)	Number of voting rights ^{ix}		% of voting rights	
	Direct (Art 9 of Directive 2004/109/EC)	Indirect (Art 10 of Directive 2004/109/EC)	Direct (Art 9 of Directive 2004/109/EC)	Indirect (Art 10 of Directive 2004/109/EC)
PTGALoAM0009		16,835,464.00		2.03%
SUBTOTAL A		16,835,464.00		2.03%

B 1: Financial Instruments according to Art. 13(1)(a) of Directive 2004/109/EC				
Type of financial instrument	Expiration date ^x	Exercise/ Conversion Period ^{xi}	Number of voting rights that may be acquired if the instrument is exercised/ converted.	% of voting rights
		SUBTOTAL B.1		

B 2: Financial Instruments with similar economic effect according to Art. 13(1)(b) of Directive 2004/109/EC					
Type of financial instrument	Expiration date ^x	Exercise/ Conversion Period ^{xj}	Physical or cash settlement ^{xii}	Number of voting rights	% of voting rights
			SUBTOTAL B.2		

8. Information in relation to the person subject to the notification obligation (please tick the applicable box):

Person subject to the notification obligation is not controlled by any natural person or legal entity and does not control any other undertaking(s) holding directly or indirectly an interest in the (underlying) issuer.^{xiii}

Full chain of controlled undertakings through which the voting rights and/or the financial instruments are effectively held starting with the ultimate controlling natural person or legal entity^{xiv}:

Name ^{xv}	% of voting rights if it equals or is higher than the notifiable threshold	% of voting rights through financial instruments if it equals or is higher than the notifiable threshold	Total of both if it equals or is higher than the notifiable threshold
Pendal Group Limited	2.03	0.00	2.03
Pendal UK Limited	2.03	0.00	2.03
J O Hambro Capital Management Holdings Limited	2.03	0.00	2.03
J O Hambro Capital Management Limited	2.03	0.00	2.03
JOHCM (Singapore) Pte Limited	0.00	0.00	0.00

9. In case of proxy voting: *[name of the proxy holder]* will cease to hold [% and number] voting rights as of *[date]*

10. Additional information^{xvi}:

Done at Sydney



Annex: Notification of major holdings (only to be filed with competent authority and not with the relevant issuer)

A: Identity of the person subject to the notification obligation
Full name (including legal form for legal entities) Pendal Group Limited
Contact address (registered office for legal entities) Level 14, The Chifley Tower 2 Chifley Square, Sydney, 2000, NSW, Australia
E-Mail dlsubstantialshareholding@pendalgroup.com
Phone number / Fax number +61 2 9220 2000
Other useful information (at least legal a contact person for legal persons)

B: Identity of the notifier, if applicable
Full name
Contact address
E-Mail
Phone number / Fax number
Other useful information (e.g. functional relationship with the person or legal entity subject to the notification obligation)

C: Additional information:

Notes

ⁱ Please note that national forms may vary due to specific national legislation (Article 3(1a) of Directive 2004/109/EC) as for instance the applicable thresholds or information regarding capital holdings.

ⁱⁱ Full name of the legal entity and further specification of the issuer or underlying issuer, provided it is reliable and accurate (e.g. address, LEI, domestic number identity).

ⁱⁱⁱ Other reason for the notification could be voluntary notifications, changes of attribution of the nature of the holding (e.g. expiring of financial instruments) or acting in concert.

^{iv} This should be the full name of (a) the shareholder; (b) the natural person or legal entity acquiring, disposing of or exercising voting rights in the cases provided for in Article 10 (b) to (h) of Directive 2004/109/EC; or (c) the holder of financial instruments referred to in Article 13(1) of Directive 2004/109/EC.

As the disclosure of cases of acting in concert may vary due to the specific circumstances (e.g. same or different total positions of the parties, entering or exiting of acting in concert by a single party) the standard form does not provide for a specific method how to notify cases of acting in concert.

In relation to the transactions referred to in points (b) to (h) of Article 10 of Directive 2004/109/EC, the following list is provided as indication of the persons who should be mentioned:

- in the circumstances foreseen in letter (b) of Article 10 of that Directive, the natural person or legal entity that acquires the voting rights and is entitled to exercise them under the agreement and the natural person or legal entity who is transferring temporarily for consideration the voting rights;

- in the circumstances foreseen in letter (c) of Article 10 of that Directive, the natural person or legal entity holding the collateral, provided the person or entity controls the voting rights and declares its intention of exercising them, and natural person or legal entity lodging the collateral under these conditions;

- in the circumstances foreseen in letter (d) of Article 10 of that Directive, the natural person or legal entity who has a life interest in shares if that person or entity is entitled to exercise the voting rights attached to the shares and the natural person or legal entity who is disposing of the voting rights when the life interest is created;

- in the circumstances foreseen in letter (e) of Article 10 of that Directive, the controlling natural person or legal entity and, provided it has a notification duty at an individual level under Article 9, under letters (a) to (d) of Article 10 of that Directive or under a combination of any of those situations, the controlled undertaking;

- in the circumstances foreseen in letter (f) of Article 10 of that Directive, the deposit taker of the shares, if he can exercise the voting rights attached to the shares deposited with him at his discretion, and the depositor of the shares allowing the deposit taker to exercise the voting rights at his discretion;

- in the circumstances foreseen in letter (g) of Article 10 of that Directive, the natural person or legal entity that controls the voting rights;

- in the circumstances foreseen in letter (h) of Article 10 of that Directive, the proxy holder, if he can exercise the voting rights at his discretion, and the shareholder who has given his proxy to the proxy holder allowing the latter to exercise the voting rights at his discretion (e.g. management companies).

^v Applicable in the cases provided for in Article 10 (b) to (h) of Directive 2004/109/EC. This should be the full name of the shareholder who is the counterparty to the natural person or legal entity referred to in Article 10 of that Directive unless the percentage of voting rights held by the shareholder is lower than the lowest notifiable threshold for the disclosure of voting rights holdings in accordance with national practices (e.g. identification of funds managed by management companies).

^{vi} The date on which threshold is crossed or reached should be the date on which the acquisition or disposal took place or the other reason triggered the notification obligation. For passive crossings, the date when the corporate event took effect.

^{vii} The total number of voting rights shall be composed of all the shares, including depository receipts representing shares, to which voting rights are attached even if the exercise thereof is suspended.

^{viii} If the holding has fallen below the lowest applicable threshold in accordance with national law, please note that it might not be necessary in accordance with national law to disclose the extent of the holding, only that the new holding is below that threshold.

^{ix} In case of combined holdings of shares with voting rights attached "direct holding" and voting rights "indirect holding", please split the voting rights number and percentage into the direct and indirect columns – if there is no combined holdings, please leave the relevant box blank.

^x Date of maturity/expiration of the financial instrument i.e. the date when right to acquire shares ends.

^{xi} If the financial instrument has such a period – please specify this period – for example once every 3 months starting from [date].

^{xii} In case of cash settled instruments the number and percentages of voting rights is to be presented on a delta-adjusted basis (Article 13(1a) of Directive 2004/109/EC).

^{xiii} If the person subject to the notification obligation is either controlled and/or does control another undertaking then the second option applies.

^{xiv} The full chain of controlled undertakings starting with the ultimate controlling natural person or legal entity has to be presented also in the cases, in which only on subsidiary level a threshold is crossed or reached and the subsidiary undertaking discloses the notification as only thus the markets get always the full picture of the group holdings. In case of multiple chains through which the voting rights and/or financial instruments are effectively held the chains have to be presented chain by chain leaving a row free between different chains (e.g.: A, B, C, free row, A, B, D, free row, A, E, F etc.).

^{xv} The names of controlled undertakings through which the voting rights and/or financial instruments are effectively held have to be presented irrespectively whether the controlled undertakings cross or reach the lowest applicable threshold themselves.

^{xvi} Example: Correction of a previous notification.